



O CORPO QUE ESCREVE: A ESCRITA DA LÍNGUA DE SINAIS COMO DESLOCAMENTO EPISTÊMICO NA APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS

Wolney Gomes Almeida¹, Tatiana Almeida Gavião Coelho²



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p5577-5595>

Artigo recebido em 22 de Agosto e publicado em 22 de Outubro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

Resumo:

Este artigo analisa a Escrita da Língua de Sinais (ELS), especialmente pelo sistema SignWriting (SW), como possibilidade de deslocamento epistemológico e pedagógico no ensino e na aprendizagem da Língua Portuguesa escrita por estudantes surdos. Parte-se da constatação de que a alfabetização de pessoas surdas, historicamente orientada por práticas oralistas e ouvintistas, reforça desigualdades linguísticas e cognitivas ao subordinar o gesto e a visualidade à lógica da fala. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, ancora-se em referenciais teóricos dos Estudos Surdos, da Educação Bilíngue, da Linguística Aplicada indisciplinar e das filosofias da diferença e da desconstrução, os quais compreendem a linguagem como prática social, política e corporal. O estudo discute a ELS não como instrumento técnico, mas como ato de resistência epistêmica que rompe com o monopólio da escrita alfabética e reposiciona o corpo e o gesto como lugares legítimos de enunciação. A reflexão organiza-se em três eixos: a surdez como diferença e experiência visual; a escrita de sinais como prática de letramento bilíngue; e as implicações da ELS/SW na mediação entre Libras e português. Conclui-se que a escrita de sinais inaugura um paradigma visual-espacial de produção do conhecimento, no qual o olhar e o movimento substituem o som e a voz como fundamentos de uma pedagogia da diferença.

Palavras-chave: Escrita de Sinais; Educação Bilíngue; Estudos Surdos; SignWriting; Letramento Visual.

¹ Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Pós-Doutor em Educação Especial; Doutor em Educação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva – GEPEI/UESC. Contato: wgalmeida@uesc.br

² Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Docente do Centro de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE - Ipiaú-BA) - Secretaria de Educação do Estado da Bahia, contato: tatigaviao05@gmail.com.



The Body That Writes: The Writing of Sign Language as an Epistemic Shift in the Learning of Portuguese

Abstract:

This article analyzes Sign Language Writing (SLW), particularly through the SignWriting (SW) system, as a possibility for epistemological and pedagogical displacement in the teaching and learning of written Portuguese by deaf students. It starts from the observation that the literacy of deaf individuals, historically guided by oralist and audist practices, reinforces linguistic and cognitive inequalities by subordinating gesture and visuality to the logic of speech. The qualitative and exploratory research is grounded in theoretical frameworks from Deaf Studies, Bilingual Education, Interdisciplinary Applied Linguistics, and the philosophies of difference and deconstruction, which understand language as a social, political, and embodied practice. The study discusses SLW not as a technical tool but as an act of epistemic resistance that breaks with the monopoly of alphabetic writing and repositions the body and gesture as legitimate places of enunciation. The reflection is organized around three axes: deafness as difference and visual experience; sign writing as a practice of bilingual and visual literacy; and the implications of SLW/SW in mediating between Libras and Portuguese. It is concluded that sign writing inaugurates a visual-spatial paradigm of knowledge production, in which gaze and movement replace sound and voice as the foundations of a pedagogy of difference.

Keywords: Sign Language Writing; Bilingual Education; Deaf Studies; SignWriting; Visual Literacy.

Instituição afiliada – Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Departamento de Letras e Artes – DLA.

Autor correspondente: Wolney Gomes Almeida – wgalmeida@uesc.br



1. INTRODUÇÃO

Pensar a escrita é, antes de tudo, pensar o modo como o sujeito se inscreve no mundo e como o mundo se inscreve no sujeito. Quando o olhar se torna linguagem e o corpo-linguagem se converte em forma de inscrição, a escrita deixa de ser apenas o produto da mão que traça letras e passa a ser o espaço onde o corpo se torna texto. É nesse horizonte que a Escrita da Língua de Sinais (ELS), particularmente pelo sistema SignWriting (SW), emerge como gesto epistemológico de resistência e como possibilidade de deslocamento das formas tradicionais de ensinar e aprender a Língua Portuguesa escrita no contexto da educação de surdos.

Historicamente, a escolarização da pessoa surda foi marcada pela supremacia da oralidade e pela crença na fala como sinônimo de linguagem. Essa concepção, derivada do modelo clínico-terapêutico, sustentou a ideia de que a surdez seria uma falta a ser corrigida e que o acesso ao português dependeria da capacidade de pronunciar sons. Em contraposição, os Estudos Surdos e as perspectivas socioculturais da surdez deslocam o olhar da deficiência para a diferença, reconhecendo a surdez como experiência visual e cultural, e a Língua de Sinais como língua de pensamento, de afeto e de produção de conhecimento.

Mesmo com os avanços legais e políticos — como o reconhecimento da Libras pela Lei nº 10.436/2002 e pelo Decreto nº 5.626/2005 — a educação bilíngue para surdos ainda enfrenta o desafio de tornar visível a escrita dessa língua. A ELS, nesse sentido, não é apenas uma ferramenta de registro gráfico, mas um território epistemológico que rompe com o monopólio do alfabeto e com a concepção de letramento centrada na oralidade. O corpo-linguagem que escreve, ao registrar movimento, espaço e olhar, instaura outra forma de inscrição: a grafia do corpo.

A problemática que orienta este estudo nasce do tensionamento entre o ensino tradicional do português como segunda língua (L2), frequentemente pautado em metodologias de transposição oral, e as possibilidades abertas pela escrita de sinais como mediadora do processo de aprendizagem. A hipótese é a de que a ELS, ao permitir que o estudante surdo se veja e se reconheça no texto, amplia o sentido de letramento e desloca as fronteiras entre o ver e o ler, entre o corpo-linguagem e a palavra.



Assim, o objetivo central deste artigo é discutir a Escrita da Língua de Sinais como um deslocamento epistêmico e pedagógico no ensino do português escrito, compreendendo-a como mediação entre diferença linguística e direito à expressão escrita.

Nota conceitual sobre o termo “corpo-linguagem”

Neste artigo, o termo *corpo-linguagem* é utilizado como categoria integradora que abrange tanto a dimensão linguística da Língua de Sinais — expressa em sua materialidade visual-espacial — quanto a dimensão epistêmica e política da enunciação. O conceito busca superar a distinção entre “gesto” e “sinal”, entendendo o corpo como lugar de significação e resistência. Assim, o corpo-linguagem designa o entrelaçamento entre movimento, expressão e pensamento, isto é, o corpo que produz linguagem e, ao mesmo tempo, se inscreve como linguagem.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A surdez como diferença e o desafio do letramento

Pensar a surdez como diferença é atravessar um terreno de disputas simbólicas e políticas que ultrapassam o campo da educação e tocam as fundações epistemológicas da modernidade. O modo como o corpo surdo foi narrado — entre o silêncio e a falta — é, antes de tudo, um efeito de linguagem. A história da surdez não é apenas a história de corpos que não ouvem, mas a história de um discurso que produziu a surdez como deficiência. Esse discurso é parte do projeto moderno de normalização dos corpos, que organizou o sensível a partir da visão e da audição como sentidos hegemônicos da razão e da verdade.

Durante séculos, a escola, a medicina e a linguística operaram sob o mesmo paradigma: o de que o sujeito pleno seria aquele que fala e ouve. Nesse horizonte, o corpo surdo foi inscrito como anomalia, e o ensino tornou-se um processo de domesticação do corpo. O corpo-linguagem — esse que pensa, significa e cria pelo movimento — foi reduzido a ferramenta de treino, quando, na verdade, é instância de pensamento. Essa pedagogia da correção consolidou o que hoje denominamos ouvintismo estrutural, uma forma de poder que não se limita ao ato de ouvir, mas que



produz hierarquias epistêmicas, determinando quem pode ser reconhecido como sujeito de linguagem.

A escola moderna foi um dos principais instrumentos desse regime. Nela, o corpo-linguagem foi disciplinado: o espaço da expressão visual foi substituído pelo espaço da voz, e o movimento foi interpretado como desvio da norma linguística. A alfabetização dos estudantes surdos passou a ser guiada pelo ideal de aproximação da oralidade, o que implicou o apagamento sistemático da língua de sinais e o esvaziamento da experiência visual como fonte legítima de conhecimento.

Com o avanço dos Estudos Surdos e da Educação Bilíngue, esse paradigma começou a ser tensionado. A surdez passou a ser compreendida não como incapacidade sensorial, mas como diferença linguística e cultural, o que altera profundamente as concepções de ensino, aprendizagem e linguagem. Nessa perspectiva, o corpo surdo é um corpo-linguagem pleno — produtor de discurso, de cultura e de conhecimento. A língua de sinais deixa de ser mero instrumento de comunicação e passa a ser reconhecida como língua de pensamento, de subjetivação e de inscrição social.

Ao propor esse deslocamento, os Estudos Surdos introduzem uma virada epistemológica que também desafia a Linguística tradicional. Se, nas teorias clássicas, o signo é concebido como relação entre som e sentido, nas línguas de sinais o significado emerge da visualidade, do espaço e do movimento. Assim, o corpo-linguagem torna-se parte constitutiva do signo. Essa mudança exige não apenas novas metodologias de ensino, mas um novo modo de pensar o que é linguagem.

Nesse sentido, o letramento — historicamente vinculado à escrita alfabética e à racionalidade ocidental — precisa ser revisitado. Quando aplicado ao contexto da surdez, o conceito de letramento deve ser compreendido como prática cultural e política, atravessada por disputas de poder e por múltiplas formas de expressão. O letramento do sujeito surdo não é apenas aprender a decodificar o português, mas habitar a fronteira entre línguas e modos de existência.

O corpo-linguagem, nesse contexto, é o mediador entre o ver e o ler. Ele não apenas traduz entre Libras e português, mas produz novas possibilidades de sentido. A Escrita da Língua de Sinais (ELS), especialmente pelo sistema SignWriting (SW), oferece uma mediação concreta para esse encontro. Ao permitir o registro gráfico da língua de



sinais, a ELS insere o corpo-linguagem no espaço da escrita, tornando-o visível no texto e desafiando o privilégio da voz como origem da linguagem.

A alfabetização de estudantes surdos, quando atravessada pela ELS, deixa de ser um processo de adaptação e passa a ser um processo de criação epistemológica. O estudante escreve sua própria língua, e ao fazê-lo reinscreve seu corpo no campo simbólico. O ato de escrever não é, portanto, mera técnica de registro, mas acontecimento político: o corpo-linguagem reivindicando o direito de existir discursivamente.

Essa concepção aproxima-se das filosofias da diferença, que compreendem o corpo como potência de invenção e a linguagem como acontecimento. Inspiradas por essa virada, as práticas pedagógicas que reconhecem a ELS não buscam normalizar o surdo, mas inventar novos modos de ler e escrever o mundo. Trata-se de compreender que a escrita é também experiência sensível — que aprender o português não é negar a visualidade, mas ampliar o território da linguagem.

Assim, pensar a surdez como diferença é afirmar que a educação de surdos precisa ser bilíngue e intercultural, fundada no respeito às epistemologias visuais. O português escrito deve ser ensinado em diálogo com a Libras, e a Libras precisa ser ensinada como língua de pensamento, não apenas de tradução. A ELS emerge, nesse cenário, como ponte entre mundos linguísticos, permitindo que o corpo-linguagem se mova entre o visível e o textual, entre o movimento e o traço, sem hierarquia, mas em complementaridade.

Em síntese, compreender a surdez como diferença é compreender que a linguagem não se limita à voz, e o letramento não se limita à letra. O desafio está em reconhecer que há muitas formas de escrever o mundo — e que a Escrita da Língua de Sinais é uma delas: aquela em que o corpo-linguagem se torna palavra, e a diferença se torna epistemologia.

2.3. A Escrita de Sinais e o Letramento Visual

A emergência da Escrita da Língua de Sinais constitui um acontecimento linguístico, político e epistemológico que rompe a linearidade da tradição fonocêntrica. Ao inscrever o movimento, o espaço e a expressão facial como dimensões da escrita, a ELS desloca o eixo da significação do som para a visualidade. O corpo-linguagem passa



a ser reconhecido não apenas como veículo, mas como produtor de linguagem. Escrever em SignWriting é projetar no papel a própria experiência sensível de mundo — um modo de registrar o pensamento a partir do que se vê e se sente.

A escrita alfabética, ao longo da história ocidental, foi associada à ideia de racionalidade, objetividade e universalidade. A voz foi tomada como origem do sentido, e o texto escrito, como sua representação. Nessa lógica, as línguas de sinais foram marginalizadas por não se submeterem à estrutura sonora. A ELS rompe com essa hierarquia ao propor um modelo visual-espacial que legitima o corpo como fonte de enunciação. O que antes era considerado ausência de voz transforma-se em presença de imagem.

A potência da ELS reside no fato de que ela torna visível a língua de sinais, permitindo que a pessoa surda escreva e leia a partir de sua própria gramática. Essa visibilidade inaugura uma nova política do olhar: o olhar que não é mero receptor, mas agente de construção de sentido. No ato de ler um texto em SignWriting, o sujeito não percorre linhas, mas percorre o espaço; não decifra letras, mas reativa movimentos. Ler, aqui, é reconstituir o gesto no tempo — é reviver o corpo-linguagem de quem escreveu.

O letramento visual, nesse contexto, não se restringe à habilidade de interpretar imagens. Trata-se de um modo de conhecer que reconhece a visualidade como via legítima de pensamento. A leitura do mundo, para o sujeito surdo, é mediada pela percepção espacial, pela atenção aos detalhes visuais e pela construção de significados a partir da corporeidade. A ELS, ao inserir essa experiência no domínio da escrita, amplia o campo epistemológico da educação e desafia a centralidade da audição como critério de verdade.

Do ponto de vista pedagógico, a ELS opera como ponte entre línguas, promovendo a transposição simbólica entre a Libras e o português. Essa transposição não é uma tradução no sentido convencional, mas um atravessamento entre modos de pensar. O estudante surdo que escreve em SignWriting organiza seu raciocínio em sua língua natural e, a partir daí, estabelece conexões com a estrutura textual do português. Esse processo favorece a autonomia, a autoria e o reconhecimento de si como sujeito de linguagem.

A prática da escrita de sinais também reconfigura o papel do professor. O educador deixa de ser o mediador que traduz a voz para o aluno e passa a ser o leitor



do corpo-linguagem, o intérprete de um texto que nasce do movimento. Isso exige uma nova pedagogia, em que o ensino do português se dá por meio do diálogo entre sistemas semióticos distintos. O corpo torna-se o centro do ato de ensinar, e a sala de aula, um espaço de tradução sensível, em que o olhar substitui a escuta e o movimento substitui a fala como eixo da comunicação.

Do ponto de vista epistemológico, a ELS pode ser compreendida como uma forma de resistência à colonialidade da linguagem. Ao instaurar uma escrita que não depende do som, ela rompe com a estrutura hierárquica que define o que é linguagem legítima. Essa ruptura é também decolonial, porque descentraliza o modelo europeu de escrita e afirma a possibilidade de múltiplas epistemologias grafocêntricas. O corpo-linguagem que escreve é, portanto, o corpo que reivindica o direito de narrar o mundo sob outra perspectiva.

A ELS também provoca um deslocamento no modo como compreendemos a materialidade do texto. Enquanto a escrita alfabética organiza a linguagem em uma sequência linear e unidimensional, a ELS distribui o significado em um espaço bidimensional. Essa espacialidade reintroduz no texto a tridimensionalidade da experiência humana. Escrever em SignWriting é desenhar o tempo e o espaço, transformando a página em território de performance. O texto deixa de ser linha para tornar-se mapa.

Por esse motivo, a ELS aproxima-se das concepções contemporâneas de multimodalidade e de textualidade expandida, pois reconhece que o sentido se produz na intersecção entre modos semióticos: imagem, corpo, gesto, olhar e escrita. Ela antecipa debates recentes sobre linguagem visual e sobre epistemologias sensíveis. Ao incorporar o corpo ao texto, a ELS propõe uma gramática da presença, na qual o conhecimento se constrói pela interação entre o visível e o vivido.

No campo da educação bilíngue, o letramento visual mediado pela ELS amplia o acesso à leitura e à escrita, mas, sobretudo, amplia o sentido de participação social. A escrita de sinais permite que sujeitos surdos circulem entre mundos linguísticos sem perder a referência de sua identidade cultural. Ao dominar a ELS e o português, o estudante não se converte em ouvinte, mas torna-se bilíngue em sua diferença. Essa é a verdadeira inclusão: não a adaptação à norma, mas a criação de novos modos de estar no mundo.



Por fim, compreender a ELS como prática de letramento visual é reconhecer que a escrita pode ser múltipla, móvel e sensorial. Ela revela que a linguagem não está presa à voz, mas se inscreve em todo o corpo. O corpo-linguagem, ao se escrever, inaugura um novo regime de visibilidade no campo da linguagem e do conhecimento. É nesse gesto de inscrição que se anuncia a pedagogia do olhar: aquela em que aprender é ver, escrever é mover-se e compreender é tornar-se presença.

3. Revisão bibliográfica e percurso exploratório

A construção deste estudo ancora-se em uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, orientada não pela exaustividade de levantamento, mas pela densidade interpretativa das fontes. Diferente da revisão sistemática — que se estrutura em protocolos rígidos e busca delimitar estatisticamente a produção sobre determinado tema —, a revisão exploratória adota o movimento inverso: parte do reconhecimento de que o conhecimento é atravessado por discursos, e que o ato de visitar a literatura é também um ato de interpretação, deslocamento e autoria.

Trata-se, portanto, de uma revisão compreensiva e hermenêutica, cujo propósito não é quantificar resultados, mas compreender as condições históricas, epistemológicas e políticas de emergência de um determinado campo discursivo: o da Escrita da Língua de Sinais (ELS) como mediação pedagógica e epistêmica na educação de surdos. Essa abordagem permite que o texto não se reduza a um inventário de estudos, mas se constitua como espaço de diálogo entre vozes, teorias e perspectivas que tensionam as fronteiras entre língua, corpo e saber.

O percurso metodológico segue, assim, uma lógica de imersão interpretativa, organizada em três eixos principais: (i) a constituição histórica da educação de surdos e o deslocamento da surdez do campo clínico para o campo cultural; (ii) as discussões sobre bilinguismo, letramento e visualidade; e (iii) a emergência da ELS pelo sistema SignWriting e do *SignWriting* como dispositivos linguísticos e pedagógicos. Esses eixos não são etapas lineares, mas campos em intersecção, que se rearticulam continuamente no processo de leitura e escrita do pesquisador.



A seleção do corpus teórico baseou-se em dois critérios complementares. O primeiro, de natureza histórico-temática, privilegiou obras que situam o debate sobre a educação de surdos e a escrita de sinais no contexto brasileiro, especialmente a partir dos anos 2000, quando a Libras foi reconhecida oficialmente (Lei nº 10.436/2002). O segundo, de natureza epistemológica, priorizou autores que contribuem para pensar a linguagem como acontecimento, diferença e corpo — atravessando campos como os Estudos Surdos, a Linguística Aplicada, a Análise do Discurso e a Filosofia da Diferença.

Entre os principais referenciais, destacam-se Skliar (1998, 2016), Gesser (2009), Quadros (1997), Slomski (2012), Stumpf (2005), Barreto e Barreto (2013), Perlin (2006), Sá (2011) e Coelho (2021). Esses autores oferecem um corpo teórico capaz de sustentar o diálogo entre a escrita, o corpo e a diferença. Também foram mobilizados, de modo transversal, aportes da filosofia contemporânea — especialmente de Foucault (2001), Derrida (1973) e Deleuze & Guattari (1992) — que permitem compreender a escrita como prática discursiva, a linguagem como diferença e a visualidade como potência criadora.

A metodologia adotada assume, portanto, o caráter exploratório-crítico, reconhecendo que a revisão bibliográfica não é neutra, mas situada. Ler, aqui, é um ato político. O gesto de selecionar, articular e reinterpretar obras constitui um campo de resistência à fragmentação disciplinar e à hierarquia entre saberes. Assim, o percurso metodológico não busca legitimar a escrita de sinais dentro dos parâmetros da linguística tradicional, mas evidenciar como ela desloca as fronteiras da própria linguística — instaurando um novo regime de visibilidade para o signo e para o corpo que o enuncia.

Do ponto de vista procedimental, o trabalho envolveu o exame de livros, artigos científicos, dissertações e teses disponíveis em bases como SciELO, BDTD, CAPES e Google Scholar, com ênfase em publicações em língua portuguesa entre 2000 e 2024. As leituras foram organizadas em fichamentos temáticos e interpretativos, de modo a permitir o entrecruzamento de ideias e a emergência de novas categorias analíticas, como *letramento visual*, *epistemologia do gesto* e *escrita da diferença*.

A natureza exploratória desta revisão se evidencia justamente na abertura do texto ao diálogo. O artigo não pretende encerrar o tema, mas expandi-lo. Em vez de fixar conclusões, propõe percursos — atravessamentos entre campos teóricos, zonas de



contato entre discursos, possibilidades de pensar o ensino da escrita não como técnica, mas como experiência. Essa atitude metodológica é coerente com a própria ELS, que se constitui como linguagem aberta, dinâmica e movente.

Assim, o percurso metodológico deste trabalho não é apenas um caminho de busca, mas também um exercício de tradução entre epistemes: do oral ao visual, do normativo ao sensível, do técnico ao político. O corpo-linguagem que orienta esta revisão é o mesmo que orienta a escrita de sinais — um sinal que se move, que cria, que inscreve o corpo e o pensamento em um mesmo movimento. Nesse sentido, a metodologia se torna também um enunciado: uma forma de dizer que, ao ler o mundo, o reinscreve.

4. Discussão e Perspectivas

Discutir a Escrita da Língua de Sinais é discutir as condições de possibilidade do próprio conhecimento. A ELS emerge como acontecimento discursivo que desloca o centro histórico da linguagem — do som para o corpo-linguagem, da fala para a visualidade, do verbo para o movimento. Esse deslocamento não é meramente técnico: ele abala o edifício epistemológico da modernidade, fundado sobre a supremacia da voz como metáfora da razão. A ELS revela que a linguagem não nasce do ar que vibra, mas do corpo que sente, percebe e se expressa.

O fonocentrismo, que estruturou a educação, a linguística e a ciência, construiu uma hierarquia entre as formas de dizer e de saber. A palavra escrita e falada foi erigida como expressão da mente racional, enquanto as linguagens corporais foram relegadas ao campo da emoção, do erro ou da deficiência. A ELS desafia essa lógica ao instaurar uma escrita que é ao mesmo tempo visual, tátil e espacial. Ela restitui o corpo ao texto, devolvendo à linguagem sua dimensão sensível.

Ao introduzir a ELS nos espaços escolares, instaura-se uma pedagogia de ruptura. A escola deixa de ser o lugar onde o corpo é corrigido para tornar-se o lugar onde o corpo se escreve. O corpo-linguagem, antes silenciado, passa a ser fonte de pensamento. Cada movimento registrado em SignWriting é uma afirmação de presença: o corpo que, antes, era visto como limite, transforma-se em possibilidade de criação.



Essa virada modifica o modo de compreender o letramento. O letramento, quando atravessado pela ELS, deixa de ser o domínio de um código para tornar-se o exercício da diferença. O estudante surdo aprende a escrever não por imitação de uma norma alfabética, mas por invenção de uma forma de expressão que lhe é própria. O ato de escrever em SignWriting é, simultaneamente, gesto de linguagem e gesto político — uma inscrição do corpo-linguagem no espaço simbólico do saber.

No campo teórico, essa prática ecoa a Linguística Aplicada indisciplinar, que entende a linguagem como prática social e histórica, inseparável das relações de poder. A ELS é um exemplo concreto de indisciplinaridade, pois subverte a tradição fonocêntrica da escrita e institui outro modo de produção de conhecimento. Escrever em língua de sinais é praticar uma linguística do corpo, que não se limita a descrever estruturas, mas busca compreender as forças que movem o dizer.

Do ponto de vista filosófico, a ELS aproxima-se das perspectivas da diferença e da corporeidade. O corpo-linguagem é pensado como superfície de inscrição, lugar de passagem entre o visível e o dizível. Nessa concepção, escrever não é reproduzir o real, mas criar mundos. O texto deixa de ser espelho e torna-se território. Cada traço do SignWriting é acontecimento, é forma de existência que se faz linguagem.

No campo político, a ELS representa uma ruptura com a colonialidade da linguagem. A imposição histórica do alfabeto latino como modelo universal de escrita é uma das expressões mais sutis do colonialismo cultural. Ela naturaliza a ideia de que só há uma forma legítima de representar o pensamento. A escrita de sinais, ao propor um modelo visual-espacial autônomo, desafia essa hegemonia. Ela afirma que há outras epistemologias possíveis — que o conhecimento pode ser produzido por outros sentidos, em outros registros do sensível.

Esse gesto é também decolonial porque desestabiliza a separação moderna entre corpo e linguagem. O corpo-linguagem, ao se escrever, rompe a distância entre quem pensa e quem sente, entre quem observa e quem é observado. Ele devolve à linguagem sua espessura vivida. O ato de escrever em SignWriting é, portanto, um ato de insurgência ontológica: o corpo recusando-se a ser objeto e afirmando-se como sujeito.

No âmbito da educação bilíngue, essa compreensão redefine o papel da escola e do professor. O educador que trabalha com a ELS deixa de ser transmissor de códigos e



passa a ser mediador de mundos. Sua função é favorecer o encontro entre diferentes sistemas semióticos, promovendo o diálogo entre o português escrito e a língua de sinais sem que um se sobreponha ao outro. O ensino do português torna-se, assim, exercício de tradução sensível, e o ato de escrever, experiência de interculturalidade.

As implicações desse processo vão além da alfabetização. A ELS introduz um novo modo de compreender a leitura. Ler um texto em SignWriting é refazer o movimento do outro, é reconstruir o gesto no tempo e no espaço. O leitor torna-se coautor, porque, ao interpretar, precisa reativar o corpo-linguagem que produziu o texto. A leitura passa a ser uma forma de convivência: uma experiência estética e ética com a diferença.

Sob essa perspectiva, a escrita de sinais redefine também o conceito de autoria. O sujeito surdo, ao escrever sua língua, deixa de ser leitor de traduções e passa a ser autor de discursos. Sua escrita não depende mais do olhar do outro para existir; ela funda seu próprio campo de visibilidade. A autoria em SignWriting é, portanto, uma prática de libertação simbólica — a inscrição da subjetividade surda em um espaço que historicamente lhe foi negado.

A ELS abre ainda a possibilidade de pensar a ciência em termos de pluralidade epistemológica. Se o conhecimento é mediado pela linguagem, e se há diferentes formas de linguagem, então a ciência deve reconhecer múltiplas formas de produção de sentido. A ELS propõe um deslocamento das bases da racionalidade: o saber não é apenas aquilo que se diz, mas também aquilo que se mostra, aquilo que se move. O conhecimento, nesse horizonte, é acontecimento entre corpos e mundos.

No campo cultural, a escrita de sinais favorece a criação de novas estéticas. Poesias visuais, performances e produções audiovisuais em Libras encontram no SignWriting um meio de registro e difusão. O corpo-linguagem, antes confinado à efemeridade do gesto, ganha permanência. Essa permanência, porém, não o fixa; ao contrário, o torna múltiplo, pois cada leitor, ao retomar o texto, reinscreve o movimento, recria o sentido, repete a diferença.

Por isso, discutir a ELS é também discutir o tempo e a memória. O SignWriting permite que as línguas de sinais sejam arquivadas, estudadas e transmitidas sem perder sua natureza dinâmica. Ele transforma o efêmero em legível, sem reduzi-lo ao estático.



Trata-se de uma escrita que guarda o movimento sem matá-lo, uma grafia que registra a vida em fluxo.

As perspectivas futuras apontam para a ampliação desse campo. A incorporação da ELS em currículos escolares, pesquisas acadêmicas e políticas públicas representa não apenas inclusão, mas revolução epistêmica. Ao legitimar o corpo-linguagem como fonte de saber, a educação bilíngue torna-se um laboratório de decolonização da linguagem. A escola, nesse contexto, é chamada a repensar suas metodologias, seus materiais e suas práticas de avaliação, reconhecendo que aprender não é apenas decifrar signos, mas participar de processos de significação múltiplos e encarnados.

A ELS, ao desafiar os limites da escrita tradicional, propõe um novo regime de sensibilidade: uma educação para o olhar e para o encontro. Ela convida professores e estudantes a perceber que o conhecimento é uma construção coletiva, nascida da interação entre corpos diversos. O corpo-linguagem, nesse cenário, é o verdadeiro texto — o espaço onde se inscrevem as histórias, as culturas e as resistências.

Em síntese, a Escrita da Língua de Sinais é, simultaneamente, linguagem, teoria e política. É linguagem, porque expressa e organiza o pensamento visual; é teoria, porque questiona os fundamentos da linguística e da pedagogia; e é política, porque cria condições para que a diferença seja visível, legível e legítima. Discuti-la é, portanto, repensar o humano: compreender que a linguagem não é privilégio da voz, mas capacidade universal de significar.

5. Considerações Finais

Concluir uma reflexão sobre a Escrita da Língua de Sinais (ELS) é, inevitavelmente, habitar uma zona de travessia — um espaço entre o corpo-linguagem e a grafia, entre o corpo e a letra, entre o ver e o dizer. O percurso construído neste artigo permitiu compreender que a ELS não é apenas uma metodologia de ensino, nem tampouco um recurso técnico para a alfabetização de pessoas surdas. Ela é, sobretudo, um acontecimento discursivo e político: um modo de o corpo inscrever-se no mundo e de a diferença tornar-se linguagem.

A partir da revisão bibliográfica exploratória e da interlocução entre autores dos Estudos Surdos, da Educação Bilíngue e da Filosofia da Diferença, foi possível reconhecer



que a ELS opera em múltiplos planos simultaneamente. No plano linguístico, ela representa a Libras em sua plenitude estrutural, sem reduzi-la a um apêndice da língua portuguesa. No plano pedagógico, instaura uma mediação concreta entre as duas línguas, permitindo que o estudante surdo aprenda o português a partir de sua própria língua, e não apesar dela. No plano epistemológico, desestabiliza os fundamentos do saber ocidental, ao afirmar que o conhecimento pode ser produzido a partir da visualidade e do corpo-linguagem.

Essa tripla dimensão confere à ELS o estatuto de uma epistemologia insurgente. Ao deslocar o eixo da linguagem do som para o olhar, ela desmonta o edifício fonocêntrico que sustentou, por séculos, a exclusão do corpo surdo das esferas do saber. Derrida já havia demonstrado que a escrita nunca foi um simples derivado da fala, mas o próprio campo de possibilidade do sentido. A escrita de sinais radicaliza essa ideia ao mostrar que é possível escrever sem falar, comunicar sem ouvir e pensar com o corpo. Trata-se, portanto, de uma revolução silenciosa — uma escrita que não ecoa, mas reverbera, que não busca substituir a voz, mas revelar que o silêncio também é um modo de dizer.

No campo educacional, as implicações são igualmente profundas. A ELS desafia a escola a repensar suas práticas de letramento, deslocando a centralidade da fala para a centralidade da experiência visual. Aprender a escrever, nesse contexto, deixa de ser exercício de reprodução normativa e torna-se experiência estética, sensorial e cognitiva. O estudante surdo, ao escrever em SignWriting, reconhece-se como sujeito de linguagem — um sujeito que produz, interpreta e transforma o mundo por meio de sua diferença. A escrita deixa de ser instrumento de integração e passa a ser expressão de pertencimento.

Esse reconhecimento, contudo, exige uma mudança de paradigma institucional. A escola precisa aprender a desaprender suas lógicas ouvintistas. É necessário que os currículos, as formações docentes e as políticas linguísticas assumam a ELS como parte integrante e constitutiva do processo educativo bilíngue. Alfabetizar surdos, como já se afirmou, é também alfabetizar a escola — ensiná-la a ver, a compreender e a respeitar outras formas de significação. Incorporar a escrita de sinais não é apenas acrescentar uma ferramenta didática, mas deslocar o próprio conceito de inclusão: sair do



paradigma da adaptação para o da co-criação, em que professores e estudantes constroem, juntos, os sentidos do ensinar e do aprender.

No plano mais amplo das epistemologias contemporâneas, a ELS aponta para a urgência de uma descolonização da linguagem. Ao propor um sistema de escrita que não se ancora na linearidade nem no som, ela questiona o monopólio ocidental da letra e da voz como matrizes de racionalidade. A escrita de sinais mostra que o conhecimento não é privilégio de quem fala, mas direito de quem existe. O corpo-linguagem, nesse sentido, não é apenas meio de expressão, mas condição ontológica de produção do saber.

Essa perspectiva dialoga com pensadores da colonialidade, como Mignolo e Quijano, que evidenciam a necessidade de reconhecer uma ecologia de saberes. A ELS insere-se nesse horizonte como uma forma de epistemologia encarnada, na qual o saber não está separado do corpo, da experiência e da afetividade. A escrita de sinais é, portanto, uma escrita sensível, que reinscreve o humano na linguagem. Cada traço, cada movimento registrado, é também um ato de resistência ao apagamento histórico de corpos e vozes marginalizados.

A ELS, enquanto prática discursiva, redefine o próprio sentido de alfabetização. Alfabetizar, aqui, é criar condições para que o sujeito veja o mundo por sua língua e, ao mesmo tempo, faça sua língua ver o mundo. Essa perspectiva amplia o conceito de letramento, que deixa de ser domínio de códigos para se tornar prática de liberdade. O letramento visual, como desdobramento da ELS, propõe uma pedagogia da diferença: uma forma de ensinar que se funda no olhar, na percepção e na presença. Ele convida à escuta visual — uma escuta feita com os olhos, com o corpo, com o afeto.

No campo das práticas sociais e culturais, a escrita de sinais projeta a cultura surda para além do espaço da oralidade traduzida. O registro de narrativas, poemas e performances em SignWriting cria uma memória coletiva visual, uma forma de arquivamento do efêmero. O que antes existia apenas na fugacidade do gesto ganha materialidade sem perder vitalidade. Essa permanência da visualidade é, paradoxalmente, também o reconhecimento de sua mobilidade — cada leitura é reencenação, cada leitor reinscreve o corpo-linguagem no tempo.

Do ponto de vista político, a ELS representa a possibilidade de reescrever a história. Por séculos, as pessoas surdas foram narradas por outros; agora, elas narram a



si mesmas. O SignWriting devolve à comunidade surda a autoria de sua própria língua, permitindo-lhe inscrever-se no arquivo do mundo. Essa inscrição não é um simples ato simbólico, mas uma conquista ontológica: o corpo que se escreve é o corpo que existe.

Há, ainda, um aspecto ético inegociável. Investir na ELS não é apenas uma decisão pedagógica, mas uma decisão ética e civilizatória. Reconhecer a escrita de sinais é reconhecer a legitimidade de outros modos de ser, de aprender e de conhecer. É aceitar que a linguagem não pertence a um único regime de sensibilidade, mas se distribui por múltiplas formas de presença. O corpo-linguagem é, então, o espaço da ética: nele, a diferença deixa de ser obstáculo e torna-se fundamento do comum.

A ELS, em sua dimensão mais profunda, reintroduz o corpo no pensamento. Ela recorda que toda linguagem é gesto, que todo pensamento é movimento, que toda escrita é corpo. Nesse sentido, a ELS não é uma invenção periférica, mas uma invenção paradigmática — uma forma de humanidade que fala com o olhar e escreve com o silêncio. O silêncio, aqui, não é ausência de som, mas plenitude de sentido; é a pausa onde o mundo respira e o saber se cria.

Por fim, compreender a ELS é compreender que toda escrita é tradução do indizível. Ao escrever a língua de sinais, o sujeito surdo escreve também sua própria existência. Cada traço, cada linha, cada direção no espaço é uma afirmação de presença e de pertencimento. O corpo-linguagem, ao inscrever-se, torna-se verbo. Nesse gesto, o surdo não busca adaptar-se ao mundo ouvinte; ele o transforma, o redesenha, o reescreve.

As perspectivas futuras sobre o ensino da Língua Portuguesa para surdos precisam reconhecer a ELS como elemento estruturante da educação bilíngue e como política linguística de direito. Ampliar sua difusão, investir em formação docente e fomentar pesquisas que articulem ensino, tradução e práticas de escrita em Libras são caminhos para consolidar essa virada epistemológica. Mais do que um recurso metodológico, a ELS é um modo de pensar a linguagem e de pensar o humano.

Reconhecer a ELS é reconhecer que há múltiplas formas de pensar, de ler e de escrever o mundo — e que, entre todas elas, a escrita de sinais nos ensina algo essencial: que o corpo-linguagem também é palavra, que o olhar também é verbo e que o silêncio, quando escreve, é linguagem em estado puro.



Referências

- BARRETO, M. L.; BARRETO, L. A. **SignWriting e o ensino de Libras: uma nova escrita para uma nova língua.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 19, n. 1, p. 135-150, 2013.
- COELHO, T. A. G. **A Escrita da Língua de Sinais como mediação possível na aprendizagem do Português escrito.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2021.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DERRIDA, J. **Gramatologia.** Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.
- MIGNOLO, W. D. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- PERLIN, G. **Identidades surdas: um estudo sobre as múltiplas formas de ser surdo.** In: SKLIAR, C. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças.* Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 51-74.
- QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107-130.
- SÁ, N. R. de. **Cultura surda e práticas bilíngues: o espaço da diferença.** *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 36, p. 43-62, 2011.
- SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



SELINKER, L. **Interlanguage**. *International Review of Applied Linguistics*, v. 10, n. 3, p. 209-231, 1972.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, C. **A invenção e a exclusão da alteridade surda na modernidade**. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 333-351, 2016.

SLOMSKI, V. G. **Bilinguismo e o ensino de português para surdos: por uma pedagogia da diferença**. *Revista Espaço*, Brasília, v. 30, p. 97-116, 2012.

STUMPF, M. R. **SignWriting: escrita de sinais para surdos**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.